



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

ELY ANNE MONTEIRO ANDRADE

**ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE MANUSCRITOS DO ACERVO DO INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ**

Belém - PA
2019

ELY ANNE MONTEIRO ANDRADE

**ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE MANUSCRITOS DO ACERVO DO INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia do curso de arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

Orientador(a): Profa. Dra. Iane Maria Batista

Belém - PA
2019

ELY ANNE MONTEIRO ANDRADE

**ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE MANUSCRITOS DO ACERVO DO INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ.**

Monografia de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal do Pará,
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel em Arquivologia
Orientador (a): Profa. Dra. Iane Maria da Silva
Batista

Aprovado em: 06/12/2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Iane Maria da Silva Batista (Orientadora)
Faculdade de Arquivologia – FAARQ/UFPA

Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido
Faculdade de Arquivologia – FAARQ/UFPA

Prof. Me. Leonardo da Silva Torii
Arquivo Público do Pará – APEP

Belém/PA
2019

A553a Andrade, Ely Anne Monteiro
Análise paleográfica de manuscritos do acervo do
Instituto de Terras do Pará / Ely Anne Monteiro Andrade. —
2019.
47 f.: il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Iane Maria Batista
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - 3, ,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Paleografia. 2. Escrita. 3. Arquivo permanente. 4.
Manuscrito. I. Título.

CDD 025

Dedico este trabalho à Deus, à minha mãe Domingas Damasceno Monteiro, às minhas filhas Thayane Monteiro Andrade e Thicianne Monteiro Andrade, à minha irmã Elielma Monteiro e ao meu tio Carlos Alberto Silveira (In memoriam).

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ser minha fortaleza a cada dia.

À minha família em especial a minha mãe Domingas Damasceno Monteiro, por seu amor incondicional, pelo exemplo de força, luta e coragem. Do fundo do meu coração, obrigada por tudo mãe.

Às minhas filhas Thayane Monteiro Andrade e Thicianne Monteiro Andrade, que iluminam minha vida e são a minha inspiração de todos os dias.

Ao meu amado esposo, Pedro Andrade, pela compreensão, pelo carinho e principalmente pelo apoio nessa etapa da vida.

Às minhas irmãs Elielma Monteiro, Glaucia Monteiro e ao meu irmão Nonato Monteiro por quem tenho um imenso amor.

Aos meus genros, Daniel Zenteno e Carlos Silva, por serem meus filhos do coração.

Aos meus colegas de turma que ao longo desses anos perseveraram comigo, nas alegrias e angústias da vida acadêmica, especialmente ao Milton Bezerra Neto, Lucas Thierry, Felipe Almeida, Beatriz Franco e Evacy Ferreira.

Agradeço também aos servidores do ITERPA, aqui representados pelo sr. Presidente Bruno Yokeiji Ramos, por viabilizar o acesso a pesquisa e a gerente de documentação e Arquivo sra. Rosalina Ferreira Brunini, assim como sua equipe, que me recebeu com todo carinho.

Aos mestres da Faculdade de Arquivologia, particularmente a profa. Dra. Renata Lira e ao prof. Me Gilberto Cândido pelo amor ao qual dedicam a arquivística.

Agradeço também ao prof. Me. Leonardo da Silva Torii por ter aceito participar da banca avaliadora deste trabalho e por suas valorosas contribuições.

Agradeço imensamente a minha orientadora profa. Dra. Iane Batista, que desde a proposta da temática valorizou e muito me ajudou enriquecendo nas suas observações. Minha eterna gratidão e respeito.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

A Paleografia abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica.

(BERWANGER e LEAL,2008)

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma análise paleográfica de documentos manuscritos do acervo permanente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA). A escolha dessa temática surgiu a partir das leituras em sala de aula no contexto da disciplina Paleografia e de uma visita técnica ao arquivo do Instituto de terras do Pará (ITERPA), no âmbito da disciplina História do Brasil e Formação de Acervos. Realizou-se a leitura, transcrição, identificação e análise dos aspectos gráficos dos manuscritos. Da perspectiva metodológica, o trabalho teve caráter exploratório, tendo sido realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental proporcionou aprofundamento sobre o tema do estudo, como base os principais autores que discorrem sobre a paleografia, a escrita, o arquivo permanente e manuscrito. A pesquisa de campo foi realizada a partir da visita ao arquivo físico do ITERPA, que diante do contato com diversos processos de registro de posse de terra, foram selecionados dois documentos para a aplicação dos objetivos propostos. Conclui-se reafirmando a importância da Paleografia para o acesso e compreensão da informação do conteúdo dos documentos.

Palavras-chave: Paleografia. Escrita. Arquivo permanente. Manuscrito.

ABSTRACT

This paper presents a paleographic analysis of manuscript documents from the permanent collection of the Instituto de Terras do Pará (ITERPA). The choice of this theme emerged from classroom readings in the context of the Paleography discipline and a technical visit to the archive of the Instituto de Terras do Pará (ITERPA), within the scope of the History of Brazil and Collection Formation discipline. Reading, transcription, identification and analysis of the graphic aspects of the manuscripts were performed. From the methodological perspective, the work had an exploratory character, having been carried out bibliographical, documentary and field research. The bibliographic and documentary research provided deepening on the subject of the study, as base the main authors that talk about the paleography, the writing, the permanent archive and manuscript. The field research was carried out from the visit to the physical file of ITERPA, which in view of the contact with various land tenure registration processes, were selected two documents for the application of the proposed objectives. It concludes by reaffirming the importance of palaeography for accessing and understanding information from document contents.

Keywords: Paleography. Writing. Permanent archive. Manuscript.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Finalidades da Paleografia	18
Quadro 2 – Palavras com grafia diferente	27
Quadro 4 – Hífen simples	28
Quadro 5 – Palavras não acentuadas	28
Quadro 6 – Palavras acentuadas indevidamente	29
Quadro 7 – Apóstrofo para indicar acento agudo	29
Quadro 8 – Letras minúsculas no início e no meio substantivo comum	30
Quadro 9 – Desmembramento de palavras	30
Quadro 10 – Palavras com grafia diferente	34
Quadro 11 – hífen duplo	35
Quadro 12 – Palavras não acentuadas	35
Quadro 13 – União de termos	36
Quadro 14 – Desmembramento de palavras	36
Quadro 15 – Letras sobrescrita	37
Quadro 16 – Abreviatura mistas	38
Quadro 17 – Abreviação numérica	38
Quadro 18 – Sinal especial	38

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Manuscrito 1	25
Figura 2 – Palavra Jesus	30
Figura 3 – Palavra Petição	31
Figura 4 – Palavra Oficial	31
Figura 5 – Manuscrito 2	32

LISTAS DE SIGLAS

ITERPA	Instituto de Terras do Pará.
SAGRI	Divisão de Terras da Secretaria Estadual de Agricultura.
SEDAP	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuária e de Pesca.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PALEOGRAFIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
3. TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DOS MANUSCRITOS	23
3.1 Histórico da instituição custodiadora	23
3.2. Análise Paleográfica dos documentos	24
3.2.1 Manuscrito 1.....	25
3.2.1.1 Comentários paleográficos	26
3.2.2 Identificação dos aspectos gráficos	26
3.2.3 Aspectos Materiais	31
3.2.4 Aspectos Complementares	31
3.3.1 Manuscrito 2	32
3.3.1.1 Comentários Paleográficos	34
3.3.3 Aspectos Gráfico	34
3.3.4 Abreviaturas	37
3.3.5 Aspectos Materiais	38
3.3.6 Aspectos Complementares	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
5. REFERÊNCIAS	42
6. ANEXO A - Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos.....	44

1. INTRODUÇÃO

Considerando que o Estado do Pará possui, em diversos acervos, uma gama de documentos históricos remetendo inclusive ao período colonial, com sua escrita, vocabulário e sinais gráficos diferentes dos atuais, a pesquisa ora apresentada se voltará à transcrição e análise paleográficas de manuscritos do século XIX, pertencente ao acervo do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), buscando identificar suas particularidades gráficas. Ao pesquisar sobre esse tema, tem-se como perspectiva evidenciar a contribuição da Paleografia na leitura de documentos.

Segundo Berwanger e Leal (2012) a paleografia é uma técnica que tem colaborado para a compreensão de documentos produzidos em diversos contextos, seja ele político, religioso, administrativo e cultural, sendo fundamental para o entendimento da história e cultura das antigas civilizações. Por sua vez, Leal (2008) define paleografia como o estudo técnico de textos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição.

Nesse sentido, a importância desse tema pela necessidade de aprofundar o estudo da Paleografia, assim como, colaborar com material de estudo sobre essa temática aos alunos de Arquivologia da Universidade Federal do Pará. Além disso, o estudo por meio da Paleografia, poderá demonstrar a importância de aplicar a técnica paleográfica, possibilitando identificar e interpretar o conteúdo analisando-se o contexto histórico, social e cultural da época.

A escolha desse tema surgiu a partir das leituras em sala de aula no contexto da disciplina Paleografia e de uma visita técnica ao arquivo do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), no âmbito da disciplina História do Brasil e Formação de Acervos. Durante a visita, observamos a dificuldade de compreender o teor de determinados manuscritos e, por outro lado, a existência de documentos passíveis de leitura, porém, assinalados com o carimbo de ilegível. Dessa forma, a motivação para este estudo acerca da Paleografia como instrumento auxiliar à leitura documental, para que os consulentes possam ter acesso à informação sem perder a compreensão do que o documento transmitiu no momento de sua produção.

Diante disso, o trabalho teve como objetivo a análise de documentos manuscritos do acervo permanente do ITERPA, por meio de leitura e transcrição paleográficas. Assim, realizamos a transcrição dos documentos; identificamos os

aspectos gráficos, materiais e complementares e, demonstramos as abreviaturas presentes.

Da perspectiva metodológica, esse trabalho tem caráter exploratório, tendo sido realizada pesquisa documental e bibliográfica acerca do tema, para melhor compreensão e aprofundamento sobre a paleografia. Também foi realizada pesquisa de campo, durante a qual, a partir do contato com diversos documentos, foram selecionados dois para a aplicação dos objetivos propostos.

A escolha dos documentos foi realizada durante visita técnica ao arquivo do ITERPA, em que foram analisados os processos disponíveis de acordo com o recorte temporal delimitado para escolha. Assim, fez-se um levantamento dos processos mais pertinente à análise. Com isso, optou-se pelo processo mais antigo e em melhor estado de conservação. Os documentos escolhidos fazem parte do processo nº1212181, referente à posse de terras no município de Óbidos, estão acondicionados em uma caixa de papelão, pertencente ao fundo Óbidos, assunto Registro de Posse, ano de 1895, ordenado de A-I.

Após a seleção, foi solicitado formalmente o processo à gestão do órgão, sendo realizado o serviço de digitalização dos documentos, que foram armazenadas em um pen-drive e no celular da pesquisadora. Dessa forma, a transcrição e análise dos aspectos paleográficos foram feitos por meio das imagens digitalizadas, isto é, cópias fac símeles. Para a análise, utilizamos como base as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de documentos manuscritos (1993), o Guia para análise paleográfica (BERWANGER e LEAL, 2008) e o Dicionário de abreviaturas (FLEXOR, 2008).

Quanto à estruturação do trabalho, este foi dividido em duas sessões. Na primeira, apresentamos os pressupostos teóricos acerca do tema, dialogando com a bibliografia sobre a escrita, a paleografia, arquivos permanentes e manuscritos para melhor entendermos o processo de análise paleográfica.

Na segunda e última sessão, apresentamos os resultados da pesquisa empírica. Nesse capítulo, realizamos a transcrição dos documentos, conforme objetivo deste estudo, assim como a análise paleográfica, destacando seus aspectos gráficos, materiais e complementares.

2. PALEOGRAFIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste tópico abordam-se as temáticas tratadas na pesquisa, através da fundamentação teórica, já que um trabalho científico é embasado com base teórica e conceitual. Apresentaremos, pois, a seguir, definições de paleografia; escrita; arquivo permanentes e manuscritos.

Ariès e Chartier (1991) afirmam que a o ingresso das sociedades ocidentais na cultura da escrita é uma das suas principais evoluções da modernidade. Dos registros da evolução humana, podemos ver que cada sociedade construiu seus sistemas gráficos. Um desses registros são as figuras rupestres, que por meio dos desenhos se registrava a maneira como o povo vivia.

Nesse sentido, Macedo (1986, p.194), afirma que escrita e civilização estão intrinsecamente ligadas: “a escrita existe somente em uma civilização e uma civilização não pode existir sem a escrita”. Dessa afirmação, podemos concluir que, como forma de registrar o conhecimento da humanidade, a escrita é um artefato que faz o registro desse conhecimento, sendo um dos meios de se fixar o pensamento, e a linguagem de uma pessoa ou grupos.

Franco (2003), afirma que a prática de interpretar o conteúdo das mensagens não é algo novo, pois essa prática acompanha a humanidade desde a exegese bíblica.

Para podermos compreender a escrita, um dos objetos de estudo desse trabalho científico é preciso entendermos bem esse conceito, assim iniciaremos trazendo a definição da escrita segundo Berwanger e Leal (2008, p. 40) conceituando escrita como: “Em sentido amplo, a escrita compreende qualquer sistema semiótico de caráter visual e espacial. Em sentido restrito, designa a notação de caráter visual e espacial da linguagem verbal”.

Por sua vez, Higounet (2013.p.9) discorrendo sobre a escrita afirma que:

A escrita é, acima de tudo um procedimento do qual nos servimos para imobilizar, para fixar a linguagem articulada, por essência fugidia. Diante de sua necessidade de um meio de expressão permanente o homem primitivo recorreu a engenhosos arranjos de objetos simbólicos ou a sinais materiais, nós, entalhes, desenhos.

Considerar a escrita como um conjunto de signos ou um procedimento para fixar a linguagem falada e entender que, a escrita é um o objeto de informação sobre

os tempos, requer atenção aos processos envolvendo o uso, a circulação, a conservação textual e material, aos diferentes processos que envolvem a produção.

Cagliari (1997, p.35) discorrendo sobre leitura e escrita salienta que a leitura é uma interpretação da escrita:

A escrita seja ela qual for, tem por objetivo primeiro a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em fala. Alguns tipos de escrita se preocupam com a expressão oral e outros simplesmente com a transmissão de significados específicos, que devem ser decifrados por quem é habilitado.

Das ideias de Cagliari podemos entender que o ato de ler é condicionado pela escrita, ou seja, ler e escrever estão intrinsecamente ligados, e precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

Berwanger e Leal (2012), por sua vez, afirmam que o estudo da leitura paleográfica requer observar cuidadosamente a base da escrita, a caligrafia, a pontuação, as eventuais tentativas de adulteração do documento, entre outros.

Partindo dos pressupostos apresentados no que se refere ao conceito da escrita, identificamos a importância da Paleografia, visto que ela tem o papel de interpretar os documentos através da escrita, determinando o tempo e o local de sua redação através de exame sistemático.

Berwanger e Leal (2012) discorrendo sobre Paleografia afirmam que esta é uma ciência de decifração dos manuscritos levando em consideração as vicissitudes sofridas pela escrita em todos os séculos e nações, segundo esses autores, a paleografia teve seu nascimento durante o século XVII, e pode ser dividida em dois períodos, o de formação e o de afirmação, o primeiro se deu a partir de fins do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, o segundo daí até os dias atuais. Segundo eles no início a Paleografia confunde-se com a diplomática. Já no segundo momento os estudos paleográficos passaram a constituir cátedras universitárias. Desse modo, para Berwanger e Leal (2012, p. 16) a Paleografia:

[...] abrange a história da escrita, a evolução das letras, assim como os instrumentos para escrever e tendo como objetivo estudar as características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem.

Outra definição do que vem a ser a ciência da Paleografia que corrobora para nossa pesquisa é aquela definida por Cambraia (2011) quando cita Andrade afirmando que a Paleografia é:

Estudo das escritas antigas e afirma que, modernamente, ela tem finalidade tanto teórica quanto pragmática. Teórica porque se preocupa em entender como se constitui sócio historicamente o sistema de escrita. Pragmática porque visa capacitar os leitores modernos a avaliarem a autenticidade de um documento com base na sua escrita, além de interpretar de maneira adequada as escritas antigas (p.23 apud ANDRADE, 2011, p. 1743).

Com base nas palavras de Cambraia (2011) podemos afirmar que a Paleografia é fundamental para a História, pois ela possibilita a compreensão da informação contida no documento, transcrevendo, decifrando a escrita antiga incompreensível para nossa grafia atual.

Berwanger e Leal (2012) afirmam ser imprescindível a Paleografia para as atividades arquivísticas, pois a leitura documental, através da transcrição paleográfica, proporciona subsídios para uma exata classificação e descrição desses documentos, consolidando-se como ciência aliada à Arquivologia. Contudo, é fundamental que seja implementada uma política de gestão documental pois, os documentos precisam estar em condições de manuseio para que se possa efetuar uma leitura paleográfica.

Outro conceito que nos ajuda a compreender a Paleografia é aquele proposto por Acioli (1994, p. 6), quando afirma que esta é o estudo da escrita feita sobre material, como as tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel, hoje também os documentos digitalizados. Assim ela define a Paleografia como:

[...] antes de tudo, um instrumento de análise de documentos históricos. Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto à sua autenticidade, levando em consideração o aspecto gráfico dos mesmos. Das ciências auxiliares da História, a Paleografia é a mais importante, porque ela se dedica ao estudo da escrita sobre material brando, principal fonte de informação do historiador.

Dias e Bivar (1986) citam algumas finalidades da Paleografia, sistematizadas no quadro abaixo, que nos ajudam a compreender a importância dessa ciência como instrumento de leitura e análise de documentos manuscritos.

Quadro 1 – Finalidades da Paleografia.

Finalidades da Paleografia
Ensinar a ler corretamente e sem erros todo tipo de documento, tanto antigo como moderno
Descrever as letras (forma, traçado, ângulo, módulo, peso)
Dar a conhecer a evolução da escrita através dos tempos, das nações e dos indivíduos
Descrever os sinais estigmológicos (pontuação)
Determinar o autor, o tempo e o lugar em que o documento foi escrito
Descrever os sinais braquigráficos (abreviaturas) atribuindo-lhes significado exato e completo
Fornecer ao perito os conhecimentos indispensáveis para saber distinguir os documentos verdadeiros e autênticos dos falsos, deturpados, apócrifos, adulterados, etc.

Fonte: Dias, Bivar (1986)

Outra abordagem que devemos ter clareza também para poder compreender a temática desse projeto é compreender o que é um arquivo permanente. Podemos começar a entender que já através das pinturas na pré-história, onde os homens registravam seu cotidiano no interior das cavernas, disso podemos inferir que daí nasceram as primeiras formas de arquivos, então podemos afirmar que os arquivos constituem desde sempre a memória das instituições, das pessoas, de um povo e de uma nação.

O Dicionário de Terminologia Arquivística define arquivo como “o Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por

acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 25).

Paes (1997) discorrendo sobre essa temática afirma que a finalidade principal de um arquivo é servir à administração, constituindo-se, conseqüentemente, em base de conhecimento da história. Ele tem como funções básicas a guarda e a preservação dos documentos, visando a sua utilização. O conceito sobre como Paes define arquivo corrobora para o entendimento do que vem a ser a função do arquivo permanente. Assim, a autora define essa função:

A função de um arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não corrente, ou seja, concentrar sobre sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins. (PAES 1997, p.121)

De acordo com Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, podemos esclarecer sobre o conceito de arquivo permanente, assim em seu Artigo 8, define arquivo permanente como “os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados”.

Ao analisarmos os conceitos acima citados, entendemos que os arquivos permanentes são um conjunto de documentos de valor histórico, tendo como função reunir, descrever e consultar, tornando-se úteis para o usuário que dele recorrer. Desse modo, entendemos a importância na guarda e preservação dos manuscritos, já que esse se define como texto escrito à mão, de valor histórico ou literário. No tópico a seguir aprofundaremos sobre o seu conceito.

A partir do que vimos no que se refere a teoria sobre Paleografia, podemos entender a importância da mesma para a leitura de documentos manuscritos, visto que ela tem o papel de interpretar os documentos por meio da escrita, determinando o tempo e o local de sua redação através de exame sistemático. Portanto, podemos afirmar que não se pode entender o que se está escrito, em um documento manuscrito, se não tivermos certos conhecimentos paleográficos.

Para aprofundarmos o conceito de manuscrito apresentamos a definição de Cunha (2008, p. 36) que o destaca como sendo um “texto escrito à mão, de valor histórico ou literário”.

Por sua vez, Ferreira (2009, p. 5) discorrendo sobre as características essenciais de um documento manuscrito afirma:

A sua heterogeneidade formal, concretamente os níveis de apresentação muito variáveis da informação, no que toca a título/autor/data (não explícitos ou inexistentes), o facto de ser habitual não ter sido elaborada uma “folha de rosto”, onde se possam detectar equivocadamente os elementos de data e local de redação.

Matheus (2016), discorrendo sobre “Os “papeis velhos” na rede: manuscritos digitalizados e a leitura paleográfica”, afirma que o processo recente de digitalização dos acervos históricos levou os pesquisadores a repensar a relação com o documento manuscrito, visto que atualmente, alunos, professores, pesquisadores estão a um clique de uma infinidade de documentos manuscritos digitalizados disponíveis na internet. O autor ressalta, contudo, que mesmo essa informação estando disponível em rede, sendo acessível a informação, não significa que todos estejam aptos à leitura paleográfica, pois, mesmo o documento incorporando uma linguagem digital ele ainda permanece em sua forma original, já que a digitalização é uma cópia digital de um manuscrito. Assim, ele afirma:

Do ponto de vista conceitual, a própria noção de documento manuscrito (unidade de informação constituída por uma mensagem fixada em um suporte) incorpora a linguagem digital para definir a relação entre a informação discursiva e o suporte da mensagem. Como o documento original permanece custodiado pela instituição de arquivo, o que os pesquisadores têm diante de si, no caso da digitalização é uma metadocumento, uma cópia digital do manuscrito original (MATHEUS, 2016 p.27).

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 237), tratando sobre manuscrito afirmam que este “é um texto escrito à mão, de valor histórico ou literário”. Por seu turno, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 79) manuscrito é classificado como um documento textual definido como um “Gênero documental integrado por documentos: manuscritos, datilografados ou impressos, tais como, atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios”.

Matheus (2016) afirma que na apresentação final da edição de um manuscrito, entre os elementos que integram essa apresentação devem constar algumas informações relevantes sobre esse tipo de documento. Com base em Berwanger e Leal (2008, p. 108), este autor explicita os aspectos complementares de análise paleográfica, ilustrados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Aspectos complementares de análise paleográfica



Fonte: Mateus, 2016 apud Berwanger; Leal (2008)

Portanto, informações como estas apresentadas nesse gráfico são indispensáveis para compreender o documento na sua totalidade.

Considerando o referencial teórico apresentado, retomaremos alguns pontos que foram abordados neste capítulo que tratou da fundamentação teórica. O primeiro deles diz respeito a escrita, onde concluímos que ela é uma forma de registrar o conhecimento da humanidade. Do segundo ponto, no que concerne à Paleografia, Berwanger e Leal (2012), afirma que essa é uma ciência que decifra os manuscritos levando em consideração as vicissitudes sofridas pelas escritas. Outra definição que colaborou para nosso aprendizado, foi o conceito a partir da leitura da lei nº 8.159, onde trata arquivo permanente como conjuntos de documentos que devem ser definitivamente preservados. Por último, aprofundando sobre o conceito de manuscrito, como sendo documentos de valor histórico ou literário. Esses conceitos nos forneceram subsídios para a leitura e transcrição paleográfica que iremos realizar.

3. TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DOS MANUSCRITOS

Nesse tópico, apresentaremos os resultados da pesquisa de acordo com os objetivos do estudo. A transcrição dos documentos foi realizada destacando-se os aspectos gráficos, materiais e complementares de cada um separadamente.

3.1. Histórico da instituição custodiadora

Segundo o site do ITERPA, o estado do Pará é o segundo maior estado do Brasil, seus 124,85 milhões de hectares é habitado por 7 milhões de habitantes, onde 59,7% de sua área está afetada por unidades de conservação, terras indígenas e áreas militares, 24% sob competência da União e 15,3 % sob competência do estado do Pará).

Dentro de um contexto de intervenção federal no Pará, o ITERPA foi criado , em 08 de outubro de 1975, por meio da Lei nº 4.584 pelo então governador Aloysio da Costa Chaves, que propôs a criação de uma autarquia de direito público, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Belém, para atuar na execução da política de preservação do patrimônio agrário paraense, além de promover o fim da insegurança dominial e a tão almejada paz no campo (PARÁ, 2015). A criação do ITERPA simbolizou um importante marco na história da regularização fundiária, pois o órgão passou a ser executor da política agrária do Estado, missão que até então estava sob responsabilidade da Divisão de Terras da Secretaria Estadual de Agricultura (SAGRI), hoje Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuária e de Pesca (SEDAP). (PARÁ, 2015).

O Governo do estado do Pará, tem como política de ordenamento territorial atual a regularização fundiária, entendida como instrumento primeiro para ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra, para isso o Governo do Pará adotou medidas necessárias: reestruturação da gestão dos órgãos ambiental e fundiário, ampliação e treinamento do corpo técnico, aquisição de equipamentos. No Pará, onde culturalmente predominam a posse e a violência rural, como instrumentos de acesso aos recursos, o reconhecimento do direito de propriedade rural passa a ser uma política importante de consolidação da democracia, do respeito aos direitos humanos e da proteção ambiental.

O arquivo da instituição é composto por documentos oriundos dos municípios do estado do Para e por livros de registros das prelações. A documentação é de guarda permanente, em sua maioria por manuscritos. Dessa forma é fundamental sua preservação, pois possui uma documentação que registra a formação territorial do Estado, o que possibilita pesquisa no campo histórico, social e cultural.

3.2 Análise paleográfica dos documentos

Conforme Berwanger e Leal (2012, p.107) a análise paleográfica tem por objetivo “informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhes são marcantes”. Esse processo não é realizado de forma aleatória. O pesquisador deve seguir as regras de transcrição sistematizadas pela academia por meio das normatizações atualizadas, assim como, o guia para análise e o dicionário de abreviaturas que dão suporte para a realização do estudo paleográfico de forma racional e uniforme. Nesse sentido, conforme objetivo deste estudo, realizamos a transcrição de dois documentos do Instituto de Terras do Pará, com base nas Normas Técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos (1993)¹, no Guia para Análise Paleográfica (BERWANGER e LEAL, 2008) e no Dicionário de abreviatura (FLEXOR, 2008).

Os documentos analisados compõem um processo de registro de posse de terras do município paraense de Óbidos, presentes no arquivo do ITERPA. Ambos estão acondicionados em uma caixa de papelão, identificada pelo nome do município de origem dos documentos, ano e assunto, em ordem alfabética de A- I.

Sendo assim, optou-se pela transcrição de dois documentos, identificados neste trabalho como Manuscrito 1 e Manuscrito 2. A transcrição foi realizada de forma diferente entre os documentos, com a finalidade de apresentar os modelos presentes no item 7.1 da Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. No primeiro, Manuscrito 1, foi realizada a transcrição de forma corrida e o segundo, Manuscrito 2, realizamos a transcrição linha por linha.

¹ A norma utilizada atualmente para suporte e orientação da análise paleográfica é o documento “Normas técnicas para a Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos”, que teve sua última atualização em 1993, foi elaborado durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo no ano de 1990, e após foi reformulado no II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizada em São Paulo no ano de 1993, como documento atualmente em vigor.

3.2.1 Manuscrito 1

Assunto: Registro de posse de terras.

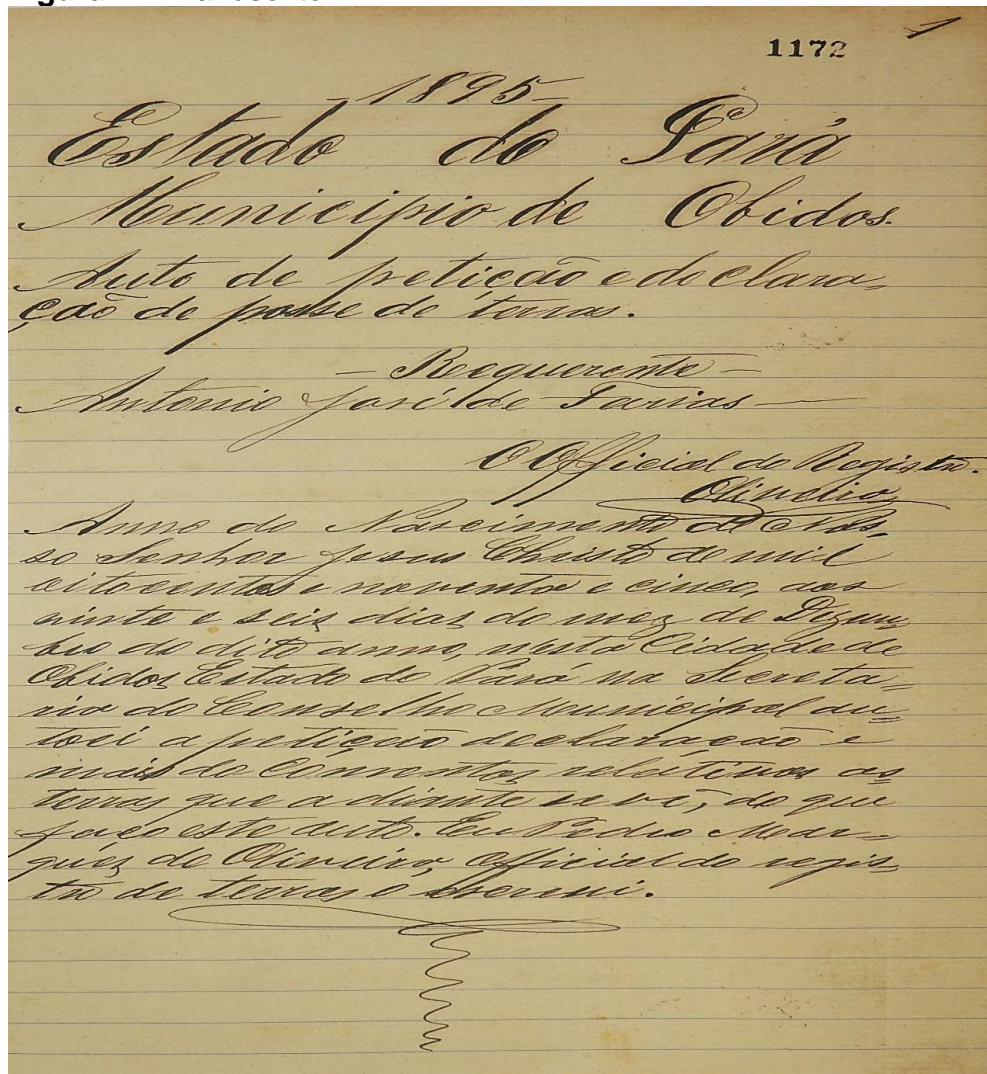
Local: Município de Óbidos.

DATA: 26 de Dezembro de 1895

Arquivo do ITERPA

Processo: 1212181

Figura 1 – Manuscrito 1



Fonte: Arquivo ITERPA, 2019.

TRANSCRICÃO

O documento trata de autuação de uma petição e declaração para registro de posse de terra, no município de Óbidos, estado do Pará.

[Fl.1]

1895\ ²Estado do Pará\ ³ Município de Obidos.\ ⁴ Auto de petição e declara= \ ⁵ ção de posse de terras.\ ⁶ Requerente \ ⁷ Antonio José de Farias \ ⁸ O Official de Registro. \ ⁹ Oliveira \ ¹⁰ Anno do Nascimento de Nos- \ ¹¹ so Senhor Jesus Christo de mil \ ¹² oitocentos e noventa e cinco, aos \ ¹³ vinte e seis dias do mez de Dezem- \ ¹⁴ bro do dito anno, nesta Cidade de \ ¹⁵ Obidos Estado do Pará na Secreta= \ ¹⁶ ria do Conselho Municipal au= \ ¹⁷ toei a petição declaração e \ ¹⁸ mais documentos relativos as= \ ¹⁹ terras que adiante se ve, do que \ ²⁰ faço este auto. Eu Pedro Mar= \ ²¹ ques de Oliveira official do regis= \ ²² tro de terras ó escrevi. \ ²³ [Rubrica]

3.2.1.1 COMENTÁRIOS PALEOGRÁFICOS.

A análise efetuada no documento identificou as seguintes características: o documento apresenta escrita humanística processada cursiva, na maioria das vezes com traçados sem descanso das mãos, apresentando a união de termos, com inclinações da esquerda para a direita; presença de maiúscula e minúscula; duplicação de consoantes. O escriba usa hífen duplo e simples para indicar quebra de palavras, a pontuação raramente é utilizada (ponto final e vírgulas somente) e há uso dos sinais diacríticos (acento agudo, til e apóstrofo). O manuscrito não apresenta abreviações e nem signos. A data e o local encontram-se no início do documento.

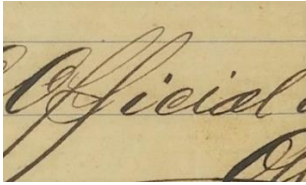
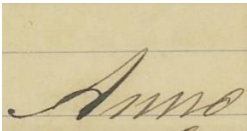
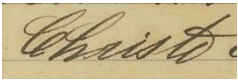
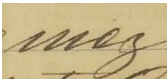
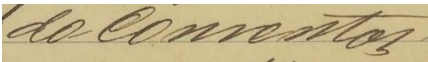
3.2.2 IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS GRÁFICOS

Nesse item apresentaremos os aspectos gráficos identificados no documento analisado, entre eles, o tipo e o traçado da letra, distribuição das palavras, pontuação, acentuação, relação maiúscula e minúscula entre outros, apresentados a seguir.

3.2.2.1 Palavras com grafia diferente da atual

Observamos a presença de palavras com grafia diferente da ortografia atual da língua portuguesa, assim como duplicação de consoantes, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Palavras com grafia diferente.

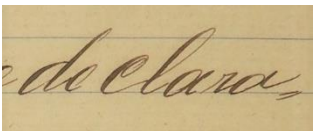
Manuscrito 1	Transcrição	Linha
	<Official >	(8.20)
	<Anno>	(10.14)
	< Christo>	(11)
	<mez>	(13)
	<doCumentos>	(18)

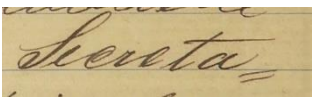
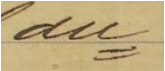
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2.2.2 Uso de hífen

O escriba usa o hífen duplo e o hífen simples para dar continuidade em outra linha quando há quebra de palavras, o que caracteriza a sua forma própria de escrita.

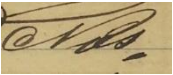
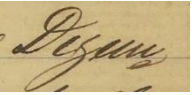
Quadro 3 – Hífen duplo.

Manuscrito 1	Transcrição	Linha
	<declara=>	(4)

	<secreta=>	(15)
	<au=>	(16)
	<Mar=>	(20)
	<regis=>	(21)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

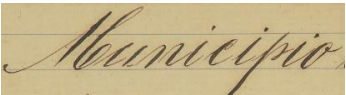
Quadro 4 – Hífen simples

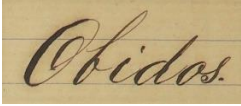
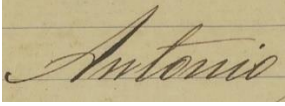
Manuscrito 1	Transcrição	Linha
	<Nos->	(10)
	<Dezem->	(13)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2.2.3. Acentuação gráfica

Quanto à acentuação, identificamos palavras que não foram acentuadas, palavras acentuadas indevidamente conforme grafia atual e uso de apóstrofo (') para indicar acento agudo.

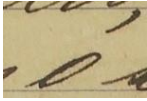
Manuscrito 1	Transcrição	Linha
	<Município>	(3)

	<Obidos>	(3.5)
	<Antonio>	(7)

Quadro 5 – Palavras não acentuadas.


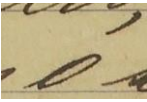
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quadro 6 – Palavras acentuadas indevidamente.

Manuscrito 1	Transcrição	Linha
	<ó>	(22)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quadro 7 – Apóstrofo para indicar acento agudo.

Manuscrito 1	Transcrição	Linha
	<Pará>	(2)
	<ó>	(22)

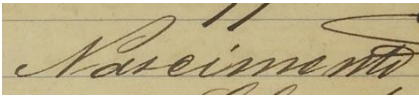
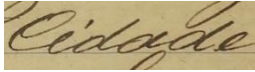
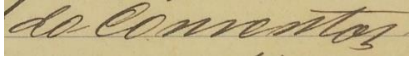
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2.2.4 Relação maiúsculas/minúsculas.

O autor faz uso das maiúsculas em nomes de localidades; em nomes próprios; em cargos e em outros vocabulários diversos, em início de frases e a cada linha nova. O fólio apresenta palavras escritas com letras minúsculas no início e no meio de substantivos comuns.

Quadro 8 – Letras minúsculas no início e no meio substantivo comum.

Manuscrito 1	Transcrição	Linha
--------------	-------------	-------

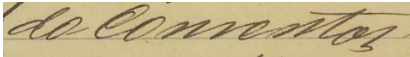
	<Nascimento>	(10)
	<Cidade>	(14)
	<doComentos>	(18)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2.2.5 Distribuição das palavras

No documento, identificamos o desmembramento de palavras em sílabas, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 9 – Desmembramento de palavras

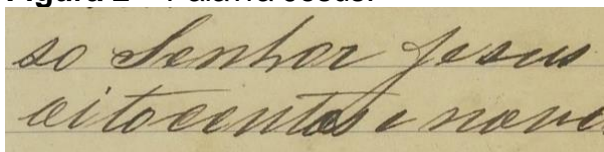
Manuscrito 1	Transcrição	Linha
	<doComentos>	(18)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2.2.6 Dimensão Das Letras.

O manuscrito apresenta letras com hastes inferiores, que podem prejudicar a leitura, visto que tais traçados avançam a linha inferior, conforme se visualiza nas figuras a seguir:

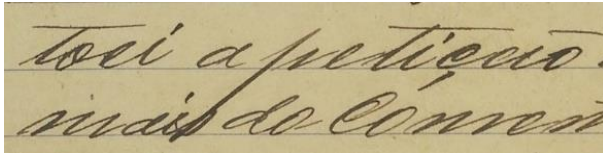
Figura 2 – Palavra Jesus.



Linha (10.11)

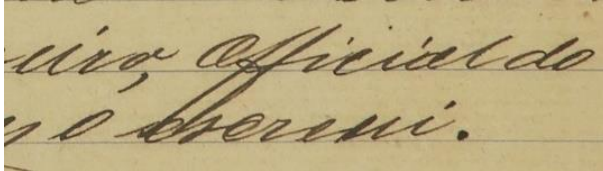
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 3 – Palavra Petição.



Linha (16.17)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 4 – Palavra Oficial.

Linha (20.21)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2.2.7 NUMERAÇÃO ROMANA/ARÁBICA

O manuscrito apresenta números arábicos na parte superior direita para identificar o número da página, assim como, no início do texto indicando data (ano). Também apresenta numeração realizada por meio de carimbo, na parte superior direita, que indica o controle do arquivo do ITERPA.

3.2.3 ASPECTOS MATERIAIS

O suporte utilizado para escrita do documento foi o papel almaço, com dimensões de 20cm de largura por 29cm de altura. O instrumento usado para escrever foi pena de ave e a tinta ferrogálica preta que segundo Mello e Krüger (2017) com passar do tempo, ganha um tom amarronzado, à medida que o sulfato de ferro (um dos seus componentes) oxida, podendo até danificar o documento e dificultar a leitura.

3.2.4 ASPECTOS COMPLEMENTARES

O documento é datado de 26 de dezembro de 1895. Originário do município de Óbidos, estado do Pará. O folio é original. A relação desse manuscrito com o autor é halógrafo (escrito de próprio punho) e autógrafo (assinado pelo autor). Está localizado em uma caixa de papelão Óbidos – Registro de posse -1895, A-I. Pertence ao Arquivo do ITERPA.

3.3.1 Manuscrito 2

Assunto: Posse de Terra

Local: Estado do Pará, Município de Óbidos.

Data: 26 de Dezembro de 1895

Arquivo: ITERPA

Processo: 1212181

Figura 5 – Manuscrito 2.

1173 ²

Ilmo. Sr. Intendente Municipal
de Óbidos
A. Vista ao Arq. Fiscal da Fazenda, Óbidos 26
de Dezembro de 1895
M. Mattos

Antonio José de Farias em cumprimento ao que dispõe a lei n.º 82 de 15 de dezembro de 1894 vem apresentar a V. S.ª a declaração em duplicata de uma posse de terras ocupadas em criação de gado vacum e cavallar e pede a V. S.ª que seja registrado de conformidade com a lei citada.

A supplicante fureda os seus direitos no Ar.º 6.º 8.º e pede a V. S.ª que preterchada as formalidades legais lhe seja expedido o título de posse.

Os conferantes citados na declaração acham-se no município. Neste termo

C. R. J.

Óbidos 26 de Dezembro 1895
Cargo de Antonio José de Farias
José da Silva Crespo
Antonio José de Farias
Marcellino Francisco de Souza

Dest. número

Fonte: Arquivo ITERPA, 2019.

TRANSCRIÇÃO 2

O documento trata da entrega de declaração sobre posse de terra com criação de gados e pede que seja registrada em conformidade com a lei vigente.

[Fl.2]

Illustrissimo Senhor Intendente municipal
de Obidos

A. vista[?] ao Agente[?] Fiscal da Fazenda Obidos 26
de Dezembro de 1895

5 Mattos rubrica

Antonio José de Farias em cumprimento ao que dispõe a lei nº 82 de 15 de Setembro de 1892 vem apresentar a Vossa Senhoria a declaração em du-

10 plicatas de uma posse de terras ocupadas com criação de gado vaccum e cavallar e pede a Vossa Senhoria que seja registrado de conformidade com a lei citada

15 Os suplicante funda os seus direitos no Artigo 5º § 2º e pede a Vossa Senhoria. que prehenchidas as formalidades legais lhe seja expedido o titulo de posse.

20 Os confinantes citados na declaração acham-se no municipi. Neste termo

E R.J [rubrica?]

Obidos 26 de Dezembro 1895 [selo]

25 [Origem?] de Antonio José de Farias

José da Costa [Crespo?]

testemunhas <Antonio José de Oliveira>

< Marcellino Francisco de Souza>

3.3.1.1 COMENTÁRIOS PALEOGRÁFICOS.

O segundo manuscrito apresenta as seguintes características: o documento apresenta escrita humanística, letras cursivas, com inclinações da esquerda para direita; presença de maiúscula e minúscula; duplicação de consoantes. O escriba usa hífen duplo e simples para indicar quebra de palavras, dos sinais de pontuação (somente o ponto final) foi encontrado no documento, autor faz uso dos sinais diacríticos (til e acento agudo). O manuscrito apresenta abreviações e signos. A data e o local encontram-se no início e no final do documento.

3.3.3 ASPECTOS GRÁFICOS.

Nesse item apresentaremos os aspectos gráficos identificados no documento analisado, entre eles, o tipo e o traçado da letra, distribuição das palavras, pontuação, acentuação, relação maiúscula e minúscula entre outros, apresentados a seguir.

3.3.3.1 Palavras com grafia diferente da atual

Observamos a presença de palavras com grafia diferente da ortografia atual da língua portuguesa, assim como duplicação de consoantes, conforme quadro abaixo:

Quadro 10 – Palavras com grafia diferente.

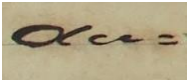
Manuscrito 2	Transcrição	Linha
	<occupadas>	(11)
	<cavallar>	(12)
	<prehenchidas>	(17)
	<legaes>	(18)
	<municipi>	(21.22)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.3.3.2 Uso de hífen

O escriba usa o hífen duplo para dar continuidade em outra linha quando da quebra de palavras, o que caracteriza a sua forma própria de escrita.

Quadro 11 – Hífen duplo.

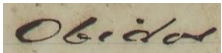
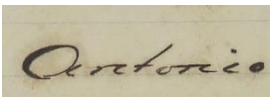
Manuscrito 2	Transcrição	Linha
	<cumpri=>	(6)
	<apresen=>	(8)
	<du=>	(9)
	<conformi=>	(13)
	<formalida=>	(17)
	<mu=>	(21)

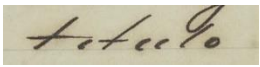
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.3.3.3 Acentuação gráfica

Quanto à acentuação, identificamos palavras que não foram acentuadas conforme grafia atual.

Quadro 12 – Palavras não acentuadas.

Manuscrito 2	Transcrição	Linha
	<Obidos>	(2.3.25)
	<Antonio>	(6.26.27)

	<título>	(19)
---	----------	------

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

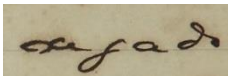
3.3.3.4 Relação maiúsculas/minúscula.

O autor faz uso das letras maiúsculas em nomes de localidades; em nomes próprios; em cargos e em outros vocabulários diversos, em início de frases e a cada linha nova. Das minúsculas não foram observadas variações na escrita.

3.3.3. 5 Distribuição das palavras.

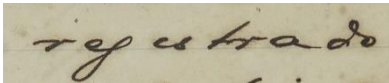
No documento, identificamos união de termo e o desmembramento de palavras em sílabas, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 13 – União de termos.

Manuscrito	Transcrição	Linha
	<de gado>	(11)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quadro 14 – Desmembramento de palavras.

Manuscrito	Transcrição	Linha
	<registrado>	(13)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.3.3.6 Numeração romana/arábica

O manuscrito apresenta números arábicos na parte superior direita para identificar o número da página, assim como no corpo do texto indicando datas (ano e dia) e números ordinários. Também apresenta numeração realizada por meio de carimbo, na parte superior direita, que indica o controle do arquivo do ITERPA.

3.3.4 ABREVIATURAS

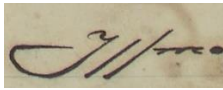
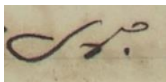
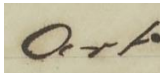
Segundo Costa (2006) abreviaturas, do grego braqui (curto) e graphein (escrever), é uma forma reduzida de se escrever uma palavra. O que se abrevia são sílabas, palavras ou frases de um conjunto escrito. Berwanger e Leal (2008, p.91) ensinam que as abreviações podem ser classificadas como:

- a) Sinais especiais: São sinais que se colocam no início, meio ou fim da palavra, significando uma sílaba ou ausência de uma letra;
- b) Apócope: Corta-se o final da palavra ou final de sílaba;
- c) Síncope: Palavra é composta de elementos do início e fim da palavra;
- d) Letras sobrescritas: uma pequena letra é inscrita por cima da abreviatura.

Dessa forma, para facilitar a leitura do documento, foram desenvolvidas as abreviaturas tomando como base o Manual de Abreviaturas de Flexor (2008), conforme quadros abaixo.

3.3.4.1 Abreviaturas por letras sobrescrita

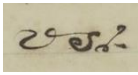
Quadro 15 – Letras sobrescrita.

Manuscrito	Transcrição	Linha
	<Illustrissimo>	(1)
	<Senhor>	(1)
	<artigo>	(16)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.3.4. 2. Abreviaturas mistas

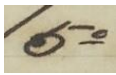

Quadro 16 – Abreviatura mistas.

Manuscrito 2	Transcrição	Linha
	< <u>vossa</u> <u>senhoria</u> >	(9.12)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.3.4. 3. Abreviação numérica.


Quadro 17 – Abreviação numérica.

Manuscrito 2	Transcrição	Linha
	< <u>Quinto</u> >	(16)
	< <u>Segundo</u> >	(16)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.3.4. 4. Sinal especial.

Quadro 18 – Sinal especial.

Manuscrito 2	Transcrição	Linha
	<parágrafo>	(16)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.3.5 ASPECTOS MATERIAIS

O suporte utilizado para escrita do documento foi o papel almaço, com dimensões 20cm de largura por 29cm de altura. O instrumento usado para escrever foi pena de ave e a tinta ferro gálica preta que segundo Mello e Krüger (2017) com passar do tempo, ganha um tom amarronzado, à medida que o sulfato de ferro (um dos seus componentes) oxida, podendo até danificar o documento e dificultar a leitura.

3.3.6 ASPECTOS COMPLEMENTARES

O documento é datado de 26 de dezembro de 1895. Originário do município de Óbidos, estado do Pará. O folio é original. A relação desse manuscrito com o autor é hológrafo (escrito de próprio punho) e não autógrafo (assinado por terceiros). Está localizado em uma caixa de em uma caixa de papelão Óbidos – Registro de posse - 1895, A-I. Pertence ao Arquivo do ITERPA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aborda a trajetória dos modos de compreensão da informação da humanidade por meio da história e suas diversas formas de comunicação. Nesse sentido, destacamos a escrita como importante e pioneiro modo de linguagem entre as pessoas e os grupos da sociedade. Dessa forma, destacamos a importância da paleografia para a compreensão dos documentos, que vai além da escrita, mas compreendendo também o tempo e o espaço.

Com isso, o objetivo proposto neste estudo foi contemplado por meio da transcrição e da análise paleográfica de dois manuscritos de registro de posse do ITERPA, instituição esta que tem um importante papel no Estado do Pará, principalmente no que se refere aos registros de posse de terras.

Como resultados da pesquisa, podemos identificar o tipo de letra da época, a forma própria de escrita, a relação de palavras com uma grafia diferente da atual, a identificação e desenvolvimento de abreviaturas, assim como a tinta, o suporte e o instrumento da escrita. Quanto aos aspectos complementares, identificamos a relação do autor com o manuscrito, a data, a procedência e o espaço. Logo, a prática paleográfica e a análise dos aspectos gráficos permitem uma leitura crítica dos documentos, assim como revela as peculiaridades da escrita dos autores dos documentos, os materiais utilizados para elaborar os mesmos essas informações são de suma importância para novos estudos

Dessa forma, por meio de nossa pesquisa entendemos que a Paleografia é fundamental para a leitura e transcrição de documentos manuscritos, independentemente da época em que o mesmo foi escrito, mesmo sendo documentos já acessados em redes, pois a escrita manuscrita, produzida em um passado mais distante, dependendo das suas características gráficas, pode ser incompreensível. Sendo assim, é importante que o profissional arquivista desenvolva a técnica da Paleografia, especialmente no que concerne ao acesso à informação.

Além de ter viabilizado a leitura e a transcrição dos documentos selecionados, como contribuição da pesquisa, espera-se que o trabalho possibilite a continuidade de novas pesquisas relacionadas à temática.

Contudo, a pesquisa não esgota a discussão sobre o tema, pois observamos a necessidade de aprofundar a abordagem paleográfica nos espaços da academia, assim como, no campo profissional, especialmente em nossa região amazônica, que

possui uma imensa massa documental acumulada, a qual por meio da análise paleográfica poderia tornar-se mais acessível tanto aos pesquisadores como a sociedade em geral.

Com isso, o presente estudo demonstra a estreita relação existente entre a Paleografia e Arquivologia, que conforme Berwamger e Leal (2008, p.21), indispensável se torna a leitura documental com o objetivo de proporcionar uma exata classificação e descrição do documento.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia**. Recife: Massangana, 1994.
- ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes. **São Paulo: Companhia das Letras**, v. 3, p. 371-405, 1991.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações técnicas, 51).
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomacia**. 4ed.santa Maria: UFSM, 2012.124 p. ISBN978-84-7391-181=7.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3ª ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.
- BELLOTTO, H.L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/legisla/lei8159.htm>. Acesso em: 11 out. 2019.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- CAMBRAIA, César Nardelli. Introdução à crítica textual. In: ANDRADE, Elias Ave de. **Estudo paleográfico de um manuscrito do século XVIII: edições fac-similar e semidiplomática**. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. XV, n. 5, p. 1743 – 1758, 2011.
- COSTA, Renata Ferreira. **Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita**. Revista Histórica, 2006, 15.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia para o período colonial. In: **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. Estudos CEDHAL – Nova Série nº 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005, p.11-38.
- _____. Dificuldades na Leitura Paleográfica. In:_____. Noções de Paleografia e de Diplomática. 3 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. cap. 7, p. 87-96.

FERREIRA, Teresa Duarte; SANTANA, Ana Cristina. **O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação: a experiência da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, 2009, p. 5.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** Brasília: Plano editora, 2003.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita.** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MACEDO, Jose Rivare; OLIVEIRA, Marley. **Brasil: Uma História em Construção.** V.3. Editora do Brasil, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/leitura-escrita-escola-desafios-atuais/>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

MATEUS, Elias Theodoro. **Os “papéis velhos” na rede: manuscritos digitalizados e a leitura paleográfica.** AEDOS, 8.18: 26-51.

Normas técnicas para transcrição e edição de Documentos Manuscritos. In: _____. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** 3 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. cap. 8, p. 97-103.

PAES, M.L. Fundação Getúlio Vargas. **Arquivo: teoria e prática.** 3. ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PARÁ. Instituto de Terra do Pará. Instituto de Terras do Pará (Ed.). **Instituto de terras do Pará: histórico.** 2015. Prodepa. Disponível em: <https://www.iterpa.pa.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2019.

ANEXO A - NORMAS TÉCNICAS PARA TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo, nos dias 28 e 29 de novembro de 1990, foram preconizadas as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Na ocasião, tais normas foram elaboradas por Antonio Houaiss (da Academia Brasileira de Letras), Heloisa Liberalli Bellotto (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo), Jaime Antunes da Silva (do Arquivo Nacional), João Eurípides Franklin Leal (da universidade do Rio de Janeiro), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Roseli Santaella Stella (Faculdade Cruzeiro do Sul de São Paulo) e Yêdda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

O objetivo dessas normas era fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas.

Em 16 e 17 de setembro de 1993, durante o II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, também em São Paulo, deu-se a reformulação das normas anteriores elaboradas. A comissão de Sistematização e Redação esteve assim constituída: Ana Lúcia Louzada Werneck (da Fundação Biblioteca Nacional), Ana Regina Berwanger (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carlos de Almeida Prado Bacellar (da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo), Gracilda Alves (do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro), José Marques (da Universidade do Porto, Portugal), João Eurípides Franklin Leal (da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO), Marcelo Meira Amaral Bocaciovias (da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Vítor Manoel M. da Fonseca (do Arquivo Nacional), Wanderley dos Santos (do Arquivo Histórico Municipal de Franca, São Paulo) e Yêdda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

Por conseguinte, as normas aprovadas que passaram a vigorar a partir de 1993.

a) Grafia

Quanto à grafia, seguir-se-ão os seguintes critérios:

- 1.1 Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se as uniões dos pronomes proclíticos (madê, selhedê) mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (meteremselhe, procurase).
- 1.2 As letras serão grafadas na forma usual, independentemente de seu valor fonético.
- 1.3 O s caudado, escrito com os sinais, serão transcritos como SS ou s respectivamente.
- 1.4 O R e S maiúsculo, com som RR e SS, serão transcritos R e S maiúsculos respectivamente.
- 1.5 As letras ramistas b, v, u, i e j serão mantidos como no manuscrito.
- 1.6 Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.
- 1.7 Nos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometem a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [sic.], entre colchetes e grifada.
- 1.8 As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.
- 1.9 As abreviaturas ainda usuais na atualidade ou de fácil reconhecimento poderão ser mantidas.
- 1.10 Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão desdobrados, por exemplo, da seguinte forma: J, scilicet = a saber ou convém a saber, &ra = etc., = Cristo.
- 1.11 Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.
- 1.12 O sinal de nasalização ou til, quando com valor de m e n, será mantido.
- 1.13 Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?].
- 1.14 A acentuação será conforme o original.
- 1.15 A pontuação original será mantida.
- 1.16 As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.

1.17 A ortografia será mantida na íntegra, não efetuando nenhuma correção gramatical.

2 Convenções

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

2.1 As palavras que se apresentem parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

2.2 As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].

2.3 Linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroída entre colchetes e grifada e com a menção aproximada se seu número: [corroídas ± 6 linhas].

2.4 Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que complementam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais < ...>.

2.5 Quando não forem autógrafos, serão indicadas em nota de rodapé.

2.6 As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou sequência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.

2.7 As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

3 Assinaturas

3.1 As assinaturas em raso ou por extenso e rubricas serão transcritas em grifo.

3.2 Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [sinal público].

4 Documentos mistos

4.1 Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas, etc.

5 Selos, estampilhas etc.

5.1 Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados, desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [estampilha].

5.2 Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [estampilhas, 200 rs.].

6 referências

6.1 Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de: datação e resumo de conteúdo.

6.2 Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição.

6.3 Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, segunda via, etc.

7 Apresentação gráfica

7.1 A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.

7.2 Será respeitada a divisão paragrafada do original

7.3 As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando-se sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [fl. 3]. [fl. 3v].

7.4 Se o original não for numerado, caberá ao transcritor numerá-las. Os números acrescentados serão impressos em grifo e entre colchetes: [fl.4], [fl. 4v].

8 Observações

8.1 Toda edição de documentos deverá ser precedida de um texto preliminar em que se especificará o objetivo da publicação, remetendo-a, quanto aos critérios e convenções, para as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos.

8.2 É recomendável a utilização de índice remissivo.